

Encontros interétnicos e políticas linguísticas: onde a antropologia e a linguística andam juntas?¹

Beto Vianna, FACISA-BH/MG

btvianna@gmail.com

www.biolingagem.com

Resumo

A elaboração e a implementação de políticas linguísticas colocam-se como uma tarefa comum em torno de um objeto fronteiro entre a antropologia e a linguística. Apesar de haver uma história comum das duas disciplinas, principalmente no estudo e descrição das línguas indígenas em vários países das Américas, a questão dos encontros interétnicos e dos contatos linguísticos que se dão continuamente em um país plurilíngue como o Brasil, pede uma colaboração interdisciplinar mais fecunda. Em especial, a participação maior da comunidade das ciências da linguagem em uma “sociolinguística aplicada”, traduzida pelo envolvimento na política e no planejamento linguísticos.

Palavras-chave: políticas linguísticas, encontros interétnicos, línguas em contato

Introdução

“Há 800 anos, Gengis Cã encomendou aos povos submetidos uma escrita para a sua língua, contratou letrados e difundiu idiomas espalhados pela Rota da Seda, facilitando a administração do maior império em terras contínuas que o mundo já viu, e não, como costumamos dizer, “semeando o terror”. Os mongóis nos ensinaram que governar, mais que impor a própria língua, é beneficiar-se da comunicação com os povos em contato: reunir para reinar.”²

Escrevi o trecho acima quando vivia na cidade iorubá de Ile-Ife, Nigéria, país que, como tantos na África, está imerso no debate sobre políticas que equacionem a (antiga) diversidade linguística em uma (recente) unidade nacional, resultado dos processos, ambos traumáticos, de colonização e descolonização. Nesse artigo de jornal, questiono a necessidade, ou mesmo se é desejável, uma “defesa” do português na economia

¹ Trabalho apresentado na 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP, Brasil.

² VIANNA, 2009, p. 19.

linguística mundial, seja como língua estrangeira ou como língua oficial ou veicular nos países da África lusófona e no Timor. Como nos ensina Walter Rodney (2005, p. 302), difundir a própria língua e cultura foi uma prática usual do neocolonialismo europeu, e a razão de ser de instituições como a Aliança Francesa. Quando o principal centro de difusão do português (medido, entre outros termômetros, pelo mercado editorial) passa a ser o Brasil, uma ex-colônia, a promoção ultramarina da língua pode assumir um caráter contraditório (VIANNA, op. cit. p. 19).

Antes de um debate sobre as práticas de difusão da língua nacional (e o apoio oficial a essas práticas), no entanto, a questão que devia ser colocada é: que língua é essa? Ou, mais precisamente, a quantas anda a política linguística brasileira *dentro* das fronteiras do país?

Uma das dificuldades para que essa questão se coloque em primeiro lugar, é a ideia, bastante disseminada fora dos corredores acadêmicos (mas não exclusivamente), de que o Brasil é um país monolíngue, tanto em termos da língua tipológica utilizada – o português – quanto no sentido de sua utilização “correta”, entendido isso como a manipulação de um sistema linguístico estático, previamente codificado, o “português padrão”. A essa dificuldade já quase intransponível, por se tratar de um imaginário poderoso a respeito da “língua”³, arraigado em diversos setores da sociedade, inclusive na grande imprensa e nos centros decisores (ver, por exemplo, FARACO, 2007, e GREGOLIN, 2007), soma-se o outro lado perverso da moeda, que é uma característica das ciências linguísticas, em especial no século XX. No afã de garantir o reconhecimento de sua disciplina na constelação das ciências, e em nome de sua guerra contra os abusos normativos da gramática tradicional, os linguistas, em geral, agarraram-se a uma concepção descritivista da variação linguística, ajudando a aprofundar o poço brasileiro entre os valores socioculturais (dos não linguistas) de uma língua única, uniforme, e as concepções acadêmicas de uma língua dinâmica, variável.

³ Vou me abster de precisar, neste texto, as diferenças entre “língua” e “dialeto” (ou mesmo “variante” ou, ainda, “registro”, como preferem alguns linguistas). O rigor conceitual é sempre desejável, mas fenômeno da variação – no tempo e no espaço – parece mesmo ser inerente ao linguajar humano, em todos os níveis (regional, social, individual, estilístico...; ver TRASK, 2004, p.79, 80 e 303). Assim, podemos falar do “português” e do “espanhol” como línguas distintas, mas lembrando que se tratam de abstrações, ou de categorias aplicadas a um contínuo de variações que só se realiza, como fenômeno, através de uma dada variante. Nessa perspectiva, tanto é possível dizer que há dialetos do português (o “dialeto brasileiro”, o “dialeto caipira”) quanto dizer que o português e o espanhol são formas dialetais de uma língua românica, mais abrangente. A distinção histórica entre “língua” e “dialeto”, no sentido de que só a primeira cumpre determinadas funções em uma unidade política, em um Estado ou território, deve ser considerada exatamente nessa perspectiva histórica, ou seja, nada há na conformação estrutural de uma língua que nos permita, *a priori*, distingui-la de um dialeto (ver HAUGEN, 2001, ps. 97-114).

Os antropólogos brasileiros, por outro lado, “sempre estiveram, desde os seus primeiros passos, envolvidos direta ou indiretamente com os grupos que estudaram” (FLEISCHER, 2007, p. 39). Diz-nos, ainda, a autora (op. cit. p. 39):

E, com isso, seus dados de pesquisa repercutiram na formulação e avaliação de políticas públicas e projetos de intervenção, na promoção de ‘desenvolvimento’ e, mais recentemente, na democratização de ‘direitos humanos’.

Apenas parte da linguística brasileira, notadamente aquela representada pelos pesquisadores em línguas indígenas (ver, por exemplo, CABRAL, 2011), se aproxima da caracterização do trabalho dos antropólogos feita por Fleischman. Ainda assim, a opção preferencial pela linguística descritivista, que continua permeando mesmo os estudos de caráter etnolinguístico, afasta as ciências da linguagem não apenas de uma discussão mais abrangente e produtiva com o restante da sociedade, quanto de sua participação em políticas públicas envolvendo os encontros étnicos e linguísticos, e os usos, *status* e funções das línguas brasileiras e suas variantes.

O fato de que o Brasil foi e continua sendo um país plurilíngue, com situações, não raras vezes conflituosas, de contato linguístico, ainda precisa ser reconhecido, ser encarado como um alvo de políticas públicas, e merecer a participação mais efetiva da comunidade acadêmica das ciências da linguagem nos esforços de pesquisa, elaboração de políticas e planejamento linguísticos.

Intervir na língua: a quem interessar possa

A intervenção organizada no ambiente linguístico não é preocupação recente na história humana. Toda conformação social envolvendo a participação de falantes de uma ou mais línguas, ou de uma ou mais variantes de uma mesma língua (se e quando tais distinções são feitas) sempre ensejou alguma proposta de reordenação, ou acomodação, do ambiente linguístico, oficialmente ou não, por uma instância central de poder ou não. No entanto, como vimos na citação do artigo de jornal, a respeito da Rota da Seda (VIANNA, op. cit. p. 19), a existência de um poder político central é condição daquilo que Louis-Jean Calvet (2007, p. 11) chama, ao lado de uma política linguística, de um *planejamento linguístico*, ou seja, a aplicação, em um determinado território ou para determinados agrupamentos humanos, das decisões acerca do uso da língua na comunidade.

O planejamento linguístico pode incidir sobre o *corpus*, ou estrutura, da língua, ao dotar uma língua de recursos que ela não possuía (por exemplo, a modalidade escrita, neologismos visando um vocabulário técnico, ou uma padronização gramatical) ou modificar a estrutura existente (como nas trocas de um alfabeto por outro, ou nas reformas gramaticais e ortográficas). A intervenção pode se dar, ainda, no *status* da língua⁴, que são os casos em que uma língua passa a cumprir funções que ela não possuía (de língua nacional, oficial, veicular, de ensino, segunda língua), ou em que se elege, dentre as variantes disponíveis de uma língua, aquela que irá cumprir tais funções, ou, ainda, em que se propõe a substituição de uma língua por outra, nas mesmas funções exercidas pela língua antiga. Nos níveis acima e abaixo das fronteiras do Estado isso pode significar, respectivamente, a promoção de uma língua nacional ou oficial em seu *status* internacional, ou a proteção de uma língua minoritária.

O binômio política e planejamento envolve a abordagem técnica ou científica das relações sociolinguísticas observadas, a elaboração do tipo de intervenção desejada e os meios para implementar essas intervenções. Assim, seguindo os modelos de Einar Haugen, que escreveu sobre a política linguística na Noruega, nos anos 50, Calvet (op. cit., ps. 19-20) distingue aquelas instâncias em que abordagens técnico-científicas não têm uma contrapartida na implementação de políticas públicas, ou seja, não há o planejamento linguístico. É o que ocorre na criação de línguas artificiais, ou nos modelos acadêmicos de descrição gramatical de uma língua. Ou quando uma comunidade de fala (por exemplo, os bretões, na França) decide, internamente, elaborar uma política linguística, mas não tem os meios institucionais de implementá-la (no exemplo citado, prerrogativa do Estado francês). Esse caráter “estatal” ou “nacional” do planejamento linguístico irá valer não só para os países, mas, também, para regiões menores ou mais abrangentes que o Estado nacional moderno, respeitadas as condições mencionadas.

Novamente lembrando a citação acima sobre as determinações (aparentemente) pluralistas de Gêngis Cã na Rota da Seda (VIANNA, op. cit., p. 19), que usei em contraponto à política linguística neocolonialista das potências ocidentais modernas, resta a questão que me parece tão importante quanto a existência dos meios técnicos e administrativos de se propor e aplicar uma política linguística: a que, ou a quem, serve a intervenção?

⁴ Os conceitos de planejamento linguístico de *corpus* e de *status* foram, segundo Calvet (op. cit., p. 29), introduzidos por Heinz Kloss, em 1969.

Uma conclusão bastante consensual da linguística histórica é que, deixadas “por si mesmas”, as línguas estão em contínua mudança estrutural, e boa parte dessa dinâmica de conservação e mudança na estrutura das línguas reflete os contatos linguísticos, ou seja, o contato entre falantes de línguas diferentes em uma mesma ou em diversas comunidades. Além da mudança estrutural, o *status* (ou papel) das línguas em contato também pode variar. Ou seja, há pelo menos duas dimensões da relação entre as línguas e as interações socioculturais de seus falantes, em que a mudança linguística tanto motiva quanto é resultado da dinâmica dos grupos em contato.

Uma situação de povos e línguas em contato pode ensejar uma reacomodação do panorama linguístico sem que haja intervenção de um poder central, como em casos de surgimento de línguas *pidgin* (línguas usadas, por exemplo, em áreas de comércio) e sua evolução como língua materna, os *crioulos* (TRASK, 2006, p. 70-71). Uma apropriação ingênua desse fenômeno recorrente é que há uma política linguística “natural” - *in vivo*, nas palavras de Calvet (2007, p. 85) - que deveria ser imitada por uma intervenção planejada, *in vitro*. Porém, como nos mostra Franceschini (2011, p. 42-43) ao abordar as relações entre os falantes de português e os Sateré-Mawé, e se pensarmos no contexto oferecido pela expansão colonial europeia, pelo neocolonialismo, pela exploração econômica e por outras relações assimétricas entre agrupamentos humanos, a situação atual e usual não é de *contato*, mas de *conflito* entre línguas (ARACIL, 1983; FRANCESCHINI, op. cit., p. 42). O resultado, geralmente, é o aumento do número ou da importância dos papéis exercidos por uma língua em detrimento de outra, o que, na prática, se traduz em comunidades de fala tolhidas ou até privadas de exercer a língua materna nos aspectos cruciais de sua vida social, emocional, econômica e legal.

Políticas de além-mar: a Indonésia e a Nigéria e a Espanha

A intervenção linguística na Indonésia é exemplo de uma política *in vitro* que não seguiu estritamente a dinâmica de contatos da população. Independente em 1940, esse país, em que 200 milhões de pessoas falam cerca de 200 línguas, passou a utilizar o malaio como língua nacional e oficial (CALVET, 2007, p. 122). Décadas antes, o Partido Nacionalista Indonésia, líder do movimento independentista, já elegera o malaio como a língua da nação, driblando a polêmica de se privilegiar uma de suas duas línguas majoritárias, o javanês, falado por cerca de 40% da população, e o sudanês, que abrange quase 16% dos falantes (CALVET, op. cit., p. 122).

Como língua veicular, o malaio já tinha um papel importante nos contatos linguísticos em todo o sudeste asiático. Mas a ideia de uma língua *única*, representativa da nação, não reflete a realidade plurilíngue dos indonésios, buscando seus antecedentes ideológicos na situação colonial, em que o holandês era língua oficial, mas, não, materna. Além da mudança de *status*, foram feitas intervenções estruturais na língua, que foi equipada com um vocabulário adequado às suas novas funções e uma padronização ortográfica (o malaio já utilizava, desde 1901, o alfabeto latino; antes disso, era grafado com um alfabeto árabe adaptado; CALVET, op. cit., p. 123). Finalmente, a língua revitalizada ganhou um novo nome: *bahasa indonesia* (língua indonésia), mais apropriado a seus novos papéis de língua oficial e nacional.

A Nigéria tem uma situação semelhante à da Indonésia, de um ambiente marcadamente plurilíngue, com um quadro de cerca de 500 línguas nacionais, tribais ou regionais, línguas europeias - o inglês e, minoritariamente, o francês – com funções de comércio, de ensino e de língua oficial (o inglês), além de línguas veiculares e de contato surgidas antes e depois da expansão colonial europeia (LEWIS, 2009; LODHI, 1993); Por exemplo, desde o século XV, o português serviu de base para a criação de línguas *pidgin*, a islamização no norte do país acolheu o árabe como língua religiosa e de comércio, e línguas nativas majoritárias são usadas há séculos como línguas de contato. Como na Indonésia, a independência reforçou a cultura de uma “língua única” como língua nacional e oficial. Assim como no país asiático, é impraticável, por motivos políticos e simbólicos, dar esse papel a qualquer das três línguas majoritárias (hausa, iorubá e igbo, com cerca de 20 milhões de falantes cada), apesar de elas figurarem como co-oficiais. No momento de sua independência, contudo, a Nigéria não possuía nenhuma língua africana de plena aceitação, como é o caso do malaio, na Indonésia, ou, no contexto africano, do swahili, no Quênia, e do amárico, na Etiópia. Ao menos para as classes dominantes.

De fato, há na Nigéria uma língua que poderia preencher os quesitos necessários de língua pátria: o pidgin nigeriano, ou *pidgin english*, ou *naija lingo*, como é chamado no vernáculo (ADEGOJU, 2007; FARACLAS, 1988; MANN, 1993). Apesar do epíteto “pidgin”, essa língua tem todas as características de um crioulo, pois é língua materna de boa parte de seus falantes. O naija é falado por toda a extensão da Nigéria, por cerca de 30 milhões de pessoas (mais que qualquer das três majoritárias) e amplamente utilizado como língua veicular, ou de contato (Mann, 1993).

A barreira para sua utilização é o forte preconceito que o *naija* sofre das classes educadas, visto como um “inglês corrompido” e, portanto, descartado em todas as esferas de poder como candidato a língua da nação⁵. E, é preciso frisar, o “*pidgin english*” não é um dialeto do inglês (FARACLAS, 1988). Há muitas variantes de inglês pelo mundo, como na Índia, e o próprio inglês falado na Nigéria tem fortes características locais. O *naija*, porém, tem processos morfossintáticos próprios e vários dialetos regionais. É língua franca entre as classes mais pobres das grandes cidades, e língua comum dos habitantes dos vilarejos na zona rural em muitas regiões do país. Ou seja, se, estruturalmente, o *pidgin* nigeriano funciona tão bem quanto qualquer língua, e pode ser equipado em seu *corpus* para assumir qualquer papel, a mudança no *status* do *naija* está comprometida pelo desinteresse dos centros decisores. Uma situação semelhante à de algumas variantes do português que, apesar de faladas por um enorme contingente da população, são estigmatizadas como “variedades baixas” da língua, ou à de certas línguas indígenas, que, fora da comunidade de fala, têm seu uso desestimulado pelo preconceito dos falantes de português (BRAGGIO, 2011; FRANCESCHINI, 2011; SILVA, FRANCESCHINI e CARNEIRO, 2009).

A Nigéria difere do Brasil em um aspecto importante: no sistema educacional, a política linguística nigeriana reconhece sua condição multilingue. O país segue um modelo aplicado na Índia. Em cada região, a principal língua local (a língua majoritária naquela região, e não só as “três grandes”) é o meio de instrução no ensino primário. No segundo grau, outra língua regional nigeriana é introduzida, o francês é oferecido como segunda língua, e o inglês é o meio oficial de instrução, tanto no ensino secundário quanto no superior. Na universidade, os alunos têm oportunidade de aprender uma língua africana não nigeriana, como o swahili ou o árabe (LODHI, 1993, p. 83).

Ainda que possamos objetar que as situações *in vivo* na Nigéria e do Brasil sejam diferentes - lá, várias línguas majoritárias; aqui, poucos falantes para a imensa maioria das línguas - uma parte importante dessa diferença está na intervenção. O efeito da política linguística nigeriana aplicada à educação é a garantia de um papel importante a dezenas de línguas. Se o governo nigeriano é “obrigado” a oferecer educação primária nas suas muitas línguas maternas (se quiser educar um grande contingente de pessoas), por outro lado, essa política permite - e estimula - as famílias a continuarem a usar a própria língua em casa e na rua, sem a ameaça de conflito com o ambiente escolar.

⁵ Um ataque especialmente virulento ao *pidgin* nigeriano, e vindo dos meios acadêmicos, encontra-se no texto do linguista Adeyemi Adegoju (2007).

Em países como os exemplificados pela Indonésia e a Nigéria, tomamos como evidente um ambiente de diversidade linguística, como certas (ou esperadas) as situações conflituosas de contato linguístico e, portanto, como desejável a intervenção planejada visando a reordenação ou acomodação das relações linguísticas existentes. No entanto, boa parte dos conflitos observados não tem a ver com a diversidade em si, mas com a relação dos falantes das diversas línguas com o papel central exercido por uma língua (europeia) do colonizador, e a herança, deixada por essa mesma situação colonial, da necessidade de uma “língua única”, ou “língua da nação”.

Os primeiros trabalhos acadêmicos sobre política linguística, nas décadas de 1960 e 1970, surgem na mesma época de inúmeros processos de descolonização asiáticos e africanos, e muitos títulos fazem referência às relações da língua com o “nacionalismo” ou com o “desenvolvimento”. Só mais tarde, como nos conta Calvet (2007, p. 14-18), inúmeras questões linguísticas do Ocidente (dos hispanofalantes nos EUA, dos quebequenses no Canadá, dos catalães na Espanha, dos bretões na França), que não eram de modo algum novas, passaram a despertar o interesse do pesquisador, mostrando que “política e planejamento linguísticos não estão vinculados somente ao desenvolvimento ou às situações pós-coloniais” e que “as relações entre língua(s) e vida social são ao mesmo tempo problemas de identidade, de cultura, de economia (...) dos quais nenhum país escapa” (CALVET, op. cit. p. 19).

Por trás de um evidente (e conflituoso) multilinguismo na Ásia e na África - e da percepção de que outro tipo de país “escapa” desse problema -, está a ideia de que em novos Estados nacionais é “natural” a mudança para um quadro de monolinguismo, mesmo admitindo que a mudança não irá ocorrer sem traumas, demandando, portanto, a intervenção. A Europa, contudo, antes ou depois da criação do Estado nacional, nunca viveu uma situação ideal de monolinguismo (segundo a fórmula “um povo, uma nação, uma língua”), em que a língua oficial de todos fosse, a um só tempo, a língua materna de todos. O “francês da França” ou o “alemão da Alemanha” são, historicamente, variantes alçadas à condição de língua da nação em detrimento de outras variantes ou línguas, marginalizando essas comunidades de fala. Visto de outro modo, o “inglês da Inglaterra” não tem a continuidade estrutural advogada pela ideologia nacional, sendo difícil, para um falante atual, sem o treinamento devido, entender a sua língua nacional falada há, digamos, 800 anos⁶.

⁶ Ver, sobre as questões tratadas neste parágrafo, os excelentes textos de Milroy (2011, p. 49-87) e de Bagno (2011, 355-387).

A Europa está repleta de exemplos que não corroboram seja a viabilidade, seja a necessidade ou a “desejabilidade” da língua única. Nesses três quesitos (fundamentais para pensarmos os rumos de um planejamento linguístico), as soluções, por exemplo, da França e da Suíça, são extremos de um panorama europeu linguisticamente heterogêneo, e nenhum dos dois aponta, observados os três quesitos mencionados, para um monolinguismo estrito. Os franceses, linguisticamente diversos há séculos, foram educados e reeducados a se reconhecer como falantes de um suposto dialeto da Île-de-France (BAGNO, 2011, p. 374), região, não coincidentemente, da capital Paris. Essa “ideologia da francofonia” foi e continua sendo aplicada, inclusive fora da França, em uma política consciente de promoção da língua nacional (CALVET, 2007, 130-145). Já os suíços convivem, através de uma política de *status* diferenciados regionais, com quatro línguas oficiais, sem que o país, e muito menos seus habitantes, se ressintam da ausência de uma “língua nacional” (CALVET, op. cit., 126-130).

O caso espanhol é um caminho do meio. No mesmo ano de 1492, os cristãos conquistam Granada (último bastião árabe na Europa), Colombo chega à América, e Antonio de Nebrija publica a *Gramática de lengua castellana*. Como coloca Bagno (2011, p. 369) não se trata de uma coincidência, mas etapas de um processo que visa transplantar a cultura e a língua de Castela para os limites de seus domínios políticos. O que é particular na gramática de Nebrija em meio a esse conjunto de eventos é que, explicitamente, trata-se do que Bagno (op. cit., p. 357-364) chama de “língua como hipóstase”, a atribuição de uma existência real, “língua padrão” ou “norma culta”, a algo que só existe como abstração. O castelhano de Nebrija, além de estranho às demais comunidades de fala (galegas, catalãs, bascas) do território espanhol, nem mesmo é uma variante eleita dos falares castelhanos, mas uma decisão, segundo o próprio Nebrija, “de reduzir em artifício essa nossa linguagem castelhana, para o que agora e de aqui em diante nela se escrever, possa permanecer em um só teor” (BAGNO, op. cit. p. 369).

Em seus esforços de um monolinguismo planejado, a política linguística espanhola teve menos sucesso que seus vizinhos portugueses ou franceses. Por outro lado, a atual política de autonomia linguística ainda não logrou, como a Suíça, equiparar os papéis desempenhados por outras línguas à importância e abrangência do castelhano. Após a ditadura de Franco, em que os falares não-castelhanos foram reprimidos, a Espanha está, novamente, às voltas com as reivindicações de suas comunidades autônomas, a exemplo dos catalães, que propõe uma *normalização* das relações, até então assimétricas, do oficial castelhano com os falares nativos (CALVET, 2007, p. 21).

Políticas aqui: os Mawé, os Zo'é e as línguas brasileiras

A língua sateré-mawé é uma das línguas indígenas mais faladas no Brasil, e usada por quase todos os membros do grupo étnico de mesmo nome, os Sateré-Mawé⁷. “Uma das línguas indígenas mais faladas no Brasil” não é um dado impressionante, se comparado aos cerca de 20 milhões de falantes do ioruba, na Nigéria, ou mesmo aos quase 600 mil falantes do galego, na Espanha (LEWIS, 2009). Trata-se de uma população de cerca de 8.500 pessoas, a maioria vivendo na terra indígena Andirá-Marau, entre os Estados do Amazonas e Pará, na região do Médio Rio Amazonas, às margens dos rios Andirá, município de Barreirinha, nos rios Marau, Urupadi e Manjuru, município de Maués, e no rio Waikurapá, município de Parintins.

O que é relevante, no entanto, é a medida em que a língua (ou seja, o modo de vida de seus falantes), é afetada pela política de extermínio cultural em andamento desde o processo de colonização. O contato estabelecido com o falante de português, ainda hoje, provoca nos índios uma supervalorização dessa língua em detrimento da língua materna. Uma atitude linguística com reflexos em vários aspectos da vida Sateré-Mawé, como a educação formal e informal das crianças, que acaba sendo conduzida em língua portuguesa. Por exemplo, e segundo o relato de Silva, Franceschini e Carneiro (2009), nas cinco comunidades situadas no rio Waikurapá, município de Parintins, bem como nas comunidades da área do Andirá e Marau que se encontram mais próximas das cidades, a maioria das crianças, hoje, só fala português.

A perda sofrida pelo sateré-mawé não se resume, como costumam dizer antropólogos e linguistas, aos “saberes tradicionais” contidos na língua de um povo. Há graves consequências sociais e emocionais imediatas para os membros de uma comunidade de fala que, por ocasião dos conflitos linguísticos com uma língua “de prestígio”, são privados de exercer amplamente a própria língua. Recentemente, a Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawé (OPISMA), que conta com a colaboração de antropólogos e linguistas, desenvolveu um trabalho com “a finalidade de fortalecer a língua materna e revitalizar os saberes tradicionais Sateré-Mawé” (SILVA, FRANCESCHINI e CARNEIRO, 2009), através atividades de recuperação das práticas indígenas próprias, incluído, aí, o uso da língua.

⁷ As informações sobre os Sateré-Mawé contidas nesta parte do artigo foram colhidas, salvo citações específicas, em FRANCESCHINI, 2011; e SILVA, FRANCESCHINI e CARNEIRO, 2009.

Essa, e outras iniciativas interdisciplinares em que a pesquisa se transforma em “pesquisa-ação”, ou uma “antropologia aplicada” (FLEISCHER, 2007), são de extrema importância para o dia a dia das comunidades de fala ameaçadas de extinção, como é o caso da quase totalidade das comunidades de falantes de línguas indígenas no Brasil. Em alguns casos, pode atenuar ou mesmo reverter situações críticas. É o caso do trabalho de reintegração ao modo de vida tradicional dos índios Zo’é, do Pará, realizado nos últimos 30 anos. Na segunda metade dos anos 1980, os Zo’é foram forçados a um contato com missionários, com “graves perdas físicas, morais e emocionais” (CABRAL, 2011. p. 73). A determinação da FUNAI é que os profissionais de campo só se dirijam aos Zo’é em sua língua, e essa política continuada tem os resultados visíveis de “melhoria significativa da saúde dos Zo’é, que hoje somam mais que o dobro da população da época da saída dos missionários”. (CABRAL, op. cit., p. 73).

Infelizmente, sem a possibilidade de acesso aos meios de sua implementação, as políticas linguísticas representadas por tais iniciativas não se consubstanciam no outro lado do binômio, ou seja, não se transformam em *planejamento linguístico*. Nesse quadro, as línguas ameaçadas continuarão ameaçadas a cada nova possibilidade de contato com a língua ou línguas de prestígio, dependendo, a cada instante, de proteção oficial ou de iniciativas como as mencionadas acima.

Ao lado do mito do “português correto” - a língua hipostasiada de que fala Marcos Bagno (2011, p. 357) - continuamos a pensar e agir, inclusive em nossas culturas acadêmica, letrada e, o que é pior, jurídica e administrativa, como se o português fosse a língua naturalmente corrente e exclusiva da nação brasileira desde a colonização. No entanto, o uso exclusivo do português foi baixado por decreto no século XVIII, por Marquês de Pombal (VIANNA 2008), contra uma realidade de várias línguas - em especial a “língua geral”, de base tupi -, faladas por índios, escravos, estrangeiros e pelos próprios portugueses e seus milhões de rebentos caboclos. Uma mudança cultural importante, que antecede até mesmo o desejo e os meios de se intervir na língua ou nas línguas do Brasil, é reconhecermos a realidade de comunidades falantes de *línguas brasileiras*, que não se resumem a uma dicotomia entre uma língua da nação e línguas indígenas minoritárias.

Conclusão

A tendência de grande parte dos linguistas em “descrever a língua”, evitando participar das relações conflituosas que ocorrem em toda sociedade (RAJAGOPALAN, 2003), criam uma barreira para a sua participação nas tarefas de uma “sociolinguística aplicada”. Soma-se, a essa dificuldade, o fato de que não é apenas fora das universidades que a efetividade da participação do linguista é posta em dúvida. Também no âmbito acadêmico há a percepção de que com muitas das supostas atribuições do cientista da linguagem já estão ocupadas pelo trabalho etnográfico do antropólogo. Diz, por exemplo, Ferreira (2005, p. 9):

... o antropólogo não tem como fugir do papel de mediador e/ou tradutor entre universos de significados culturais distintos. Por um lado, deve dialogar com os grupos indígenas, procurando compreender o seu ponto de vista (...) Por outro, o antropólogo deve atuar junto às instâncias governamentais buscando contribuir para a construção de espaços diferenciados que considerem as especificidades socioculturais e linguísticas dos grupos indígenas, propiciando a participação efetiva dos mesmos desde o planejamento até o processo de implantação de ações voltadas para atenderem suas demandas por uma atenção à saúde diferenciada.

Na visão de Ferreira, compartilhada por muitos profissionais de campo, aquele que dialoga com o grupo estudado (de etnia distinta da do pesquisador ou não), é o antropólogo, que, por outro lado, é também o “tradutor” da realidade desse grupo, aquele que conversa com as instâncias governamentais e conhece as especificidades “socioculturais e linguísticas” das populações investigadas. Nesse quadro, não há um espaço interdisciplinar institucionalizado que preveja o trabalho do linguista. Ainda que possamos entender “antropólogo” em sentido lato, a questão específica das políticas linguísticas, quando e se for colocada, não demanda mais do linguista, em sentido estrito, que um papel de assessoria técnica.

De fato, o antropólogo é o responsável pelos laudos demandados pelas instâncias governamentais (o Ministério Público, a FUNAI, o judiciário; ver OLIVEIRA, 2004, P. 43), não apenas sobre as terras, mas sobre toda e qualquer questão identitária relativa aos índios, quilombolas e outros grupos, o que envolve, também, o contato linguístico. Mesmo entre os linguistas, a disciplina que mais se aproxima da investigação dos aspectos socioculturais das línguas em contato, e, portanto, poderia contribuir para a pesquisa-ação - a sociolinguística - é, como diz Gilvan Müller de Oliveira (CALVET, 2007, p. 8) uma “sociolinguística do monolinguismo”, pois, historicamente, apenas lida

com as variantes geográficas ou sociais do português, deixando de lado as muitas e graves situações de contato linguístico entre as demais línguas brasileiras. Proponho, ainda, que é preciso levar em consideração aquilo que Luís Roberto Cardoso de Oliveira chama em um artigo, exatamente com esse título, “pesquisa *em versus* pesquisas *com seres humanos*”. Cito, abaixo, essa posição do antropólogo (OLIVEIRA, op. cit. p. 41):

Na mesma direção, assim como há uma dimensão ético-científica e outra ético-jurídica na elaboração ou na confrontação de laudos, também há uma dimensão ético-política que ainda não tive oportunidade de abordar. (...) Há várias circunstâncias em que não seria legítimo ao técnico, ao advogado ou ao antropólogo tomar decisões que possam passar por cima dos interesses e da visão dos concernidos, isto é, daqueles que estão envolvidos nos processos sociais em pauta e que arcarão com as consequências da decisão que vier a ser tomada. Pois, ainda que um cientista qualquer possa ter boas razões para achar que uma determinada opção é melhor para aquela população, porque, para dar um exemplo radical, viabilizaria uma ampliação da expectativa de vida do grupo, esta pode não ter a preferência da comunidade, que se sente mais atraída por opções que não permitirão o mesmo patamar de longevidade. Se a comunidade achar que pode viver mais feliz com a outra opção, seria legítimo que a visão científica se impusesse para que as pessoas pudessem viver mais tempo?

Correndo o risco de me desviar das questões que eu mesmo propus neste artigo, termino com uma reflexão sobre a própria conceituação de linguagem. Entre a história das ciências linguísticas e as tarefas que se colocam, hoje, para o pesquisador de campo (linguista ou antropólogo), o conceito de língua tem oscilado entre a preocupação “microcósmica” com o código (um sistema divorciado do usuário do código) e a percepção mais abrangente do sistema social em que se dá o fenômeno linguístico. Em ambos os casos, penso que se trata de recortes conceituais geralmente cegos ao fenômeno particular do viver do humano (ou de outro organismo), que é aquele, de fato, experientia a linguagem. Um domínio linguístico é um domínio comportamental de ações coordenadas, consensuais, entre dois ou mais organismos (VIANNA, 2011). E sempre que houver um domínio linguístico, uma rede social pode ser formada como uma rede de interações consensuais e recursivas entre os membros de uma mesma comunidade de organismos: uma cultura.

Se nos esquecemos desse nível mais básico de envolvimento do organismo humano no espaço relacional da linguagem, estamos menos aptos - penso eu - a dar a importância devida ao prazer ou ao sofrimento que cada pessoa experimenta ao ampliar, ou, por outro lado, reduzir suas possibilidades de interação dentro e fora de sua comunidade de fala.

Referências bibliográficas

- ADEGOJU, Adeyemi. Corruption of language and Nigerian debased value. **Nebula**, Osogbo, v. 4. n. 3, set, 2007.
- ARACIL, Lluís Vicent. Sobre la situació minoritària. In: ARACIL, Lluís Vicent. **Dir la realitat**. Barcelona: Edicions Països Catalans, 1983. P. 171-206.
- BAGNO, Marcos. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipóstase. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. P. 355-387.
- BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. Tipologias sociolinguísticas: Desvelando a atual situação da língua Xerente Akwén. In: SILVA, Sidney de Souza (Org.). **Línguas em contato: Cenários de bilinguismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 2011. p. 93-114.
- CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara. Potencialidade de mudança gramatical em uma situação de contato incipiente: O caso da língua Zo'é. In: SILVA, Sidney de Souza (Org.). **Línguas em contato: Cenários de bilinguismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 2011. p. 73-92.
- CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Ipol/Parábola, 2007.
- CHIMHUNDU, Herbert. **Language Policies in Africa** (Final report of the Intergovernmental Conference on Language Policies in Africa). UNESCO, 2002.
- FARACO, Carlos Alberto. Por uma pedagogia da variação linguística. In: CORREA, Djane Antonucci (Org.). **A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino**. São Paulo: Parábola, 2007. ps. 21-50.
- FARACLAS, Nicholas. Nigerian pidgin and the languages of Southern Nigeria. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, v. 3, n. 2, p. 177-197, 1988.
- FERREIRA, Luciane Ouriques. A pesquisa antropológica como ação: O caso exemplar do projeto de redução dos danos causados pelo uso abusivo de bebidas alcoólicas entre os Mbyá-Guarani no RS. In: 1º. CONGRESO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGÍA, 2005, Rosário. 1o Congreso Latinoamericano de Antropología. (CD com as apresentações). Rosário: Escuela de Antropología de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario, 2005.
- FLEISCHER, Soraya. Antropólogos 'anfíbios'? Alguns comentários sobre a relação entre Antropologia e intervenção no Brasil. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 18, n. 1, p. 37-70, 2007.
- FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. Línguas indígenas e português: contato ou conflito de línguas? Reflexões acerca da situação dos Mawé. In: SILVA, Sidney de Souza (Org.). **Línguas em contato: Cenários de bilinguismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 2011. p. 41-72.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O que quer, o que pode esta língua? Teorias linguísticas, ensino de língua e relevância social. In: CORREA, Djane Antonucci (Org.). **A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino**. São Paulo: Parábola, 2007. p. 51-78.

LEWIS, M. Paul (ed.), 2009. **Ethnologue: Languages of the World**, Sixteenth edition. Dallas, Tex.: SIL International. Disponível em: <http://www.ethnologue.com/>. Acesso em 30 de maio de 2012.

LODHI, Abdulazizy. The language situation in Africa today. **Nordic Journal of African Studies**, Helsinki, v. 2, n.1, p. 79-86, 1993.

MANN, Charles C. The sociolinguistic status of Anglo-Nigerian pidgin: An overview. **International Journal of Sociology of Language**, n. 100-101, p. 167-78, 1993

MILROY, James. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. P. 49-87.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Pesquisa *em versus* pesquisas *com* seres humanos. In: VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org.). **Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004. p. 33-44.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**. São Paulo: Parábola, 2003.

RODNEY, Walter. **How Europe underdeveloped Africa**. Abuja: Panaf, 2005.

SILVA, José de Oliveira da; FRANCESCHINI, Dulce do Carmo; CARNEIRO, Denize de Souza. Revitalização linguística e cultural Sateré-Mawé. **Anais do SILEL**, v. 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

TRASK, Robert L. **Dicionário de linguagem e linguística**. São Paulo: Contexto, 2006.

VIANNA, Beto. Co-ontogenia: una aproximación sistémica al lenguaje. **AIBR - Revista de Antropología Iberoamericana**, Madrid, v. 6, n. 2, p. 135-158, mai.-ago. 2011.

VIANNA, Beto. Educación, dominación y lenguaje en Brasil. **Actualizarte - Revista del Centro de Actualización del Magisterio en el Distrito Federal**, México-DF, n. 9. P. 42-47, nov. 2008.

VIANNA, Beto. Nossa língua. **O Tempo**. Belo Horizonte, 10 de julho de 2009. Seção Opinião, p. 19.